



Horizonte de la Ciencia

ISSN: 2304-4330

ISSN: 2413-936X

horizontedelaciencia@gmail.com

Universidad Nacional del Centro del Perú

Perú

Cardoso de Mello, Janaina
Arqueologia e musealização in situ: Das pedras às pessoas
Horizonte de la Ciencia, vol. 5, núm. 9, 2015, -, pp. 27-37
Universidad Nacional del Centro del Perú
Perú

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570960874003>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

UAEH
redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Arqueologia e musealização in situ: Das pedras às pessoas

Janaina Cardoso de Mello*

Resumo

O artigo pretende discutir a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico ao apresentar estudos de casos de musealização in situ na Europa (Lisboa, Portugal) e na América Latina (Alta Gracia – Córdoba, Argentina), como resultado de visitas técnicas realizadas entre 2007, 2008 e 2014.

Palavras-chave

musealização in situ, sítios arqueológicos, Arqueología pública, Museologia Social, patrimonio cultural.

Archaeology and Musealization in situ: From Stones to People

Abstract

The article aims to discuss safeguarding archaeological cultural heritage to get introduced studies do cases of musealization in situ at Europe (Lisbon, Portugal) and Latin America (Alta Gracia - Córdoba, Argentina), as a result of technical visits carried out between 2007, 2008 and 2014.

Keywords

musealization in situ, archaeological places, Public Archaeology, Social Museology, cultural heritage.

Recibido: 11 de septiembre de 2015 | Aprobado: 02 de noviembre de 2015.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta de História do Brasil e Teoria e Metodologia da História - Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Brasil. Pós-Doutoranda em Estudos Culturais (PACC-UFRJ). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq-UFS). Docente no Mestrado em História - PPGH/UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e no Mestrado Profissional em História - ProfHistória/UFS. E-mail: janainamello.ufs@gmail.com

Introdução

Pensar os sítios arqueológicos da contemporaneidade como espaços de apropriação e identificação das populações significa apagar do imaginário as clássicas referências cinematográficas de arqueólogos como Indiana Jones ou Lara Croft cuja “aventura da exploração/espoliação” resultava na retirada dos artefatos de seu local de origem para compor coleções particulares ou acervos de museus em continentes distantes.

O olhar sobre a cultura material que remonte a historicidade das populações pressupõe no século XXI um casamento poligâmico entre Arqueologia, História, Antropologia e Museologia para que através do exercício prático da interdisciplinaridade as Ciências Humanas e Sociais possam realizar o percurso “das pedras às pessoas”.

Assim, ao se trabalhar com a perspectiva da musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos durante as escavações, busca-se infligir o menor dano ao local, conservando o patrimônio cultural em sua localização original, sob a observação e participação protagonista de sua população cujas memórias são vivificadas no contato com a socialização de pesquisas e metodologias aplicadas ao sítio pela Arqueologia.

Desse modo, o artigo pretende discutir a salvaguarda do patrimônio cultural arqueológico ao apresentar estudos de casos de musealização *in situ* na Europa (Lisboa, Portugal) e na América Latina (Alta Gracia – Córdoba, Argentina), como resultado de visitas técnicas realizadas entre 2007, 2008 e 2014.

Territórios de memória: o lugar dos vivos na gestão da cultura material do passado.

A quem pertencem as histórias de vida de outrora ocorridas em uma geografia de ocupação social? Como essas histórias devem ser estudadas e narradas? Quais processos de ganhos, perdas, negociação e conflitos permeiam essa arena de diversas coletividades?

Esses questionamentos têm incidido de forma não consensual sobre estudiosos, pesquisadores, órgãos governamentais e defensores do patrimônio cultural em distintas esferas, locais de fala e disputa de poder na gestão das políticas públicas das últimas décadas.

No trânsito entre a ciência e as subjetividades que conferem significado social às pesquisas acadêmicas, a patrimonialização da cartografia cultural urbana ou rural tem lançado um intenso desafio à experiência concreta tanto da Arqueologia Pública quanto da Museologia Social. De acordo com José Neves Bitencourt (2013 p. 48-49):

[...] a decisão de patrimonializar implica em “acautelamento”, termo jurídico que remete à obrigação de resguardar e conservar. Patrimonializar é então uma decisão de interesse público, relativa aos aspectos formais, burocráticos e letrados das sociedades ocidentais modernas. Mas também é importante levar em conta que a patrimonialização é o aspecto formal e burocrático de uma seleção. Apenas uma pequena parte das “coisas do mundo” se salva, pela patrimonialização, da dissolução.

Essa premissa leva em consideração três aspectos importantes: 1. A escolha do que deverá subsistir para as próximas gerações, tendo a consciência de que todo processo seletivo gera

o descarte e a perda daquilo que não esteja na ordem do dia daqueles que possuem a legitimidade decisória; 2. Os agentes decisórios, sejam eles membros da sociedade civil e/ou de instituições governamentais e/ou científicas; 3. O “dia seguinte” da patrimonialização, ou seja, a disponibilidade dos cuidados necessários para a salvaguarda do objeto patrimonializado, personificada em insumos financeiros, conservação preventiva, Educação Patrimonial, dentre outras ações para que a legislação/chancela não se torne “letra morta”.

Como afirmou Dominique Poulot (2009 p. 9): “os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares” exigindo o empenho de setores públicos e privados em prol das demandas de inúmeras comunidades que no decorrer do século XXI pleiteiam o reconhecimento de “novos patrimônios”.

Sob esse aspecto, a topografia de uma região deixou de ser *locus* de um campo do saber para tornar-se objeto de interesse e disputa social, isso posto que segundo a museóloga francesa Mathilde Bellaigue (2009 p. 88):

[...] todo espaço é portador dos traços da história, sendo responsabilidade do museólogo, juntamente com a comunidade do território em questão, assinalá-los, e ainda aos signos e símbolos da identidade e a tudo aquilo que possa tornar-se instrumento de conscientização, de educação, de desenvolvimento, de criação - tomando-se o cuidado de *museificar* o território, em harmonia com sua própria vida: urbana ou rural, social, cultural, econômica.

Para além dos “lugares de memória”, de Pierre Nora (1993), onde a história subsiste a partir da morte da memória, um museu territorial configura-se como um “território de vivências”, como um “lugar dos vivos” capaz de dar sentido à experiência de uma multiplicidade de grupos locais em seus conflitos, negociações e narrativas distintas, uma vez que:

[...] marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos. (Chagas, 2015 p.6)

A musealização *in situ* dos sítios arqueológicos permite a comunicação do conhecimento de forma inteligível, o uso social do território, sua conservação, bem como um turismo responsável. Para além da idéia de uma Educação Patrimonial “de cima para baixo”, as trocas culturais que emergem a partir das impressões, reações, inquietações, dúvidas, apontamentos e interação da população com os trabalhos desenvolvidos pelos arqueólogos oferecem dinamismo e ressignificação plural à atividade acadêmica. Patrimônio cultural de todos, o sítio arqueológico musealizado subverte a idéia da cristalização do conhecimento no interior de um grupo específico expondo à céu aberto um saber construído na coletividade.

Entretanto, mais do que um trabalho de “publicização das pesquisas arqueológicas” realizadas num sítio, uma musealização *in situ* que realmente tenha significado experiencial para a população necessita envolver toda a comunidade do bairro, da cidade, do estado, num processo dialógico sobre suas memórias, suas referências culturais, empoderando-as com voz decisória. É nesse momento que Arqueologia Pública e Museologia Social convergem em seus ideários. Significa antes de tudo, retomar a concepção de “ecomuseu comunitário” de Hugues de Varine (2000) para que a relação “sociedade, território e objeto” se concretize de forma subjetiva, plural e democrática.

Essa metamorfose ambulante: casos de musealização *in situ* na Europa e na América Latina

E o que são os museus? Para que serve a musealização? Pode haver alguma poesia nessa relação com o patrimônio cultural? Claro! A prova disso talvez esteja na definição mais etérea e afetiva, elaborada pelo museólogo Mário Chagas, já disponibilizada no *site* do Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM):

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose (Chagas/IBRAM, 2009)

Mas tratando-se de musealização de sítios arqueológicos, de musealização *in situ*, de musealização de territórios, pode-se apreender os museus não apenas enquanto “casas” em seus cômodos de quatro paredes, mas essencialmente como quintais, pátios, ruas, espaços amplos, abertos, sujeitos às intempéries climáticas dado que banhados por sol, lua e chuvas. E por isso, espaços de uso social, conservação e turismo sustentável. Porém, como alerta a museóloga Tereza Scheiner (2006 pp. 17-18).

[...] trabalhar os museus de território é uma experiência complexa, que requer uma grande experiência teórica e muito domínio técnico. Parte-se de um espaço inicial, que é uma exposição pré-dada, natural, mas é fundamental dotar esse espaço com programas de adequação ao uso público, que implicam nas mesmas etapas já descritas anteriormente: elaboração de conceito, planejamento, programação, etc. A única diferença é que, às vezes, não haverá a etapa de montagem. Digo às vezes, porque dentro desse espaço geográfico pode-se criar um centro de visitação que, na maior parte dos casos, vai ser um museu tradicional ortodoxo, com vitrines, objetos e todos os demais quesitos de um museu tradicional.

A museóloga Manuelina Duarte Cândido (2014), nos passos de Loureiro e Loureiro (2013)¹, compreende o processo de musealização “a partir de uma seleção e atribuição de sentidos dentro de um universo patrimonial amplo”, salientando que os recortes dos indicadores de memórias podem ser tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais. Complementa ainda que a musealização ocorre quando há a inclusão das referências patrimoniais selecionadas na cadeia operatória da Museologia (museografia). Para a pesquisadora, “a preservação é equivalente ao processo de musealização”, sendo realizada com a aplicação de procedimentos técnicos-científicos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais (Cândido, 2014 p.3).

Desse modo a Europa, e para o caso aqui proposto – Portugal, Espanha e Itália – possuem uma ampla experiência nessa área de musealização *in situ* dos resultados das escavações arqueológicas em seus ambientes rural e urbano.

No caso de Portugal, a Igreja da Sé, a Igreja e Convento do Carmo e o Castelo de São Jorge serão tratados aqui. Para a América Latina o estudo irá se deter na edificação jesuítica de Alta Gracia, na província de Córdoba, na Argentina. A ligação entre os objetos de pesquisa se dá pela aura de religiosidade que norteia suas historicidades.

1 Partem do caráter documentário e informacional do objeto a ser musealizado.

Musealização in situ de sítios arqueológicos em Portugal

A Catedral da Sé de Lisboa foi construída em 1150, encomendada por Afonso Henriques, para o primeiro bispo da cidade, o cruzado inglês Gilberto de Hastings. Erguida sobre uma antiga mesquita para simbolizar a reconquista do território português aos mouros. Sofreu com terremotos nos séculos XIV e XVIII, tendo passado por diversos restauros. Sua fachada tem o estilo românico e em seu interior abriga nove capelas góticas. Na Capela de Santo Ildefonso estão os sarcófagos de Lopo Fernandes Pacheco - companheiro de armas do rei Afonso IV - e sua esposa Maria Vilalobos (Baptista Neto, 2013).

Imagem 1: Escavações arqueológicas no claustro da Catedral da Sé de Lisboa



Fonte: Fotografia da Autora (Novembro, 2007)

No claustro da Catedral da Sé de Lisboa escavações sob o comando dos arqueólogos José Luís Martins de Matos e Clementino José Gonçalves Amaro (1990-1994) revelaram ruínas romanas e islâmicas. Os trabalhos de 1995 foram assumidos pela arqueóloga Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar identificando várias estruturas: o muro limite a oeste do possível pátio, o pavimento e o derrube de telhado de época islâmica, a fossa detritica, a extensão do aterro sobre a calçada romana, uma canalização e algumas camadas do alto Império. Em 1996, observou-se que a canalização da área oeste encontra-se preservada, além de se visualizar ao Sul o muro Norte da estrutura abobadada de época islâmica e ao Norte o muro lateral leste da rua romana (Matos, 1994 p.108).

A partir de 1997, os arqueólogos Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar e Clementino José Gonçalves Amaro alcançaram novos dados sobre a ocupação de época islâmica a partir da identificação de 200 kg de cerâmica correspondendo aos fragmentos da Idade do Ferro e a cerâmica proveniente de uma das fossas detriticas. Foi realizado um inventário dos fragmentos pintados de vermelho e cinza, havendo ainda um trabalho de restauro de vasilhames, metais (moedas e outros) e vidros. Em 1998, a escavação dos níveis tardo-romanos, foi condicionada por camadas de derrube superiores com abundante espólio e restos alimentares, cujas terras foram cuidadosamente crivadas (Arruda; Freitas; Sanchez, 2000).

Os trabalhos de 1999, ainda conduzidos por Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar e Clementino José Gonçalves Amaro identificaram mais algumas camadas da Idade de Ferro; ruas, sistemas de comunicação, parte de uma casa e outras estruturas do período Romano; áreas habitacionais na plataforma Norte e restos de pavimentos almagra, edifício público na plataforma Sul com paredes rebocadas pintadas a vermelho e branco definindo um pátio do período Islâmico; alguns muros e reutilizações de estruturas islâmicas, aterro do século XIV do período Medieval; níveis superiores e uma lixeira do século XVI oriundos da Época Moderna (Amaro, 1993).

Imagem 2: Escavações arqueológicas no claustro da Catedral da Sé de Lisboa



Fonte: Fotografia da Autora (Novembro, 2007)

Atingida pelo terremoto de 1775, a Igreja do Carmo abriga nos dias atuais um Museu Arqueológico onde eram o coro e a nave principal. A construção gótica do século XIV, encomendada por Nuno Álvares Pereira, no bairro do Alto tem seu acesso pelo elevador de Santa Justa. O espaço abrigava ainda o Convento do Carmo de 1389. O acervo do Museu Arqueológico do Carmo, fundado em 1864, reúne artefatos do paleolítico e neolítico português com destaque para peças encontradas em escavações de uma fortificação pré-histórica perto de Azambuja (3500 a.C. - 1500 a.C.) (AAP, 2003).

Imagem 3: Ruínas do Convento do Carmo



Fonte: Fotografia da Autora (Novembro, 2007)

O Convento do Carmo possui planta na forma de cruz latina, com três naves de cinco tramos, com a capela-mor ladeada por quatro absidiolos de diferentes dimensões - em largura e profundidade -, o seu frontespício é dividido em três panos, com laterais, rasgando-se por um amplo vão retangular. Um portal de arco com seis arquivoltas sobre colunas de capitéis vegetalistas, e inscrito em alfiz, termina seu corpo central com uma rosácea truncada. No interior, as naves são separadas por pilares cruciformes, de capitéis vegetalistas e arcos quebrados; as naves laterais possuem, cada uma, quatro capelas, de arco igualmente quebrado, e emolduradas por colunas segmentadas, coroadas por janelas de vão curvo, no intervalo das quais há mísulas de arranque das abóbadas (Silva, 1973).

Imagens 4 e 5: Castelo de São Jorge.



Fonte: Fotografia da Autora (Novembro, 2008)

Situado na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade e concelho de Lisboa, o Castelo de São Jorge recebeu seu nome da devoção dos cruzados ao santo padroeiro dos cavaleiros. A fortificação quadrangular erigida no alto de uma colina, com muralhas defensivas e torres possui registro datado do século VIII, momento de domínio muçulmano sobre “Lissabona”. Sua propriedade oscilou nas guerras de reconquista cristã da península ibérica até o século XII. Mas foi a partir do século XIII que alcançou seu auge, tornando-se palácio de bispos, albergue de nobres da Corte, além de forte militar. Perdeu um pouco do prestígio com a transferência do Paço Real para a ribeira, sendo utilizado posteriormente como prisão. Sofreu com os terremotos, mas em 1910 recebeu o reconhecimento de “Monumento Nacional”, sendo restaurado e reabilitado nas décadas seguintes (Silva, 1937).

Os trabalhos arqueológicos na antiga alcáçova do Conselho iniciaram-se por volta de 1996 com a parceria entre o Departamento de Arqueologia do IPPAR (atual IGESPAR) e a Câmara Municipal de Lisboa numa área sem construções onde se planejava construir um estacionamento. As escavações revelaram a ocupação dessa área desde o século VII a.C. até a época romana republicana, além das ocupações islâmicas e sua utilização social no século XX. Tendo por base esse diagnóstico preliminar:

[...] delineou-se, a partir de 1997, o acompanhamento do Projecto de Reabilitação Urbana (Projecto Integrado do Castelo) da área habitada intramuros da antiga alcáçova medieval, actual Freguesia de Santa Cruz do Castelo [...]. Este projecto, que ainda se encontra a decorrer, prevê a renovação de grande parte dos edifícios e arruamentos da área urbana do Castelo e tem permitido, na sequência das diversas intervenções realizadas, identificar e registar uma série de sequências estratigráficas que permitem uma melhor percepção da evolução do espaço urbano da alcáçova ao longo da sua ocupação milenar. (Pimenta, 2005 p.17)

Imagens 6 e 7: Castelo de São Jorge



Fonte: Fotografia da Autora (Novembro, 2008)

Do castelo se tem a vista da barra do Tejo e de seu estuário, localização estratégica que favoreceu a ocupação da área, funcionando como via de comunicação para abastecimento e comercialização. Deve-se levar em consideração que:

O estuário do Tejo corresponde, assim, a uma região onde os vestígios orientalizantes se concentram numa proporção sem paralelo no território actualmente português, o que deve, neste contexto ser devidamente valorizado. O papel que Lisboa, com os seus cerca de 15 ha. de área ocupada, representou na gestão do território envolvente foi, certamente, relevante, não podendo descartar-se a hipótese de se estar perante o sítio que, ao coordenar as actividades comerciais e de gestão dos recursos, assumiria o papel de “Lugar Central” (Arruda; Freitas; Sanchez, 2000 p.28-29).

Em nenhum dos espaços há um museu² tradicional, todavia, há um circuito explicativo com informações sobre os processos das escavações realizadas e a exposição da cultura material advinda dessas. Há, portanto, uma rotatividade de visitantes, quer turistas, quer estudantes (moradores das redondezas) que acorrem ao espaço para obter um conhecimento para além dos livros e manuscritos textuais. Buscam na visibilidade da cultura material o entendimento de suas origens, de suas histórias que reflete na sociedade contemporânea.

Musealização in situ de sítios arqueológicos na Argentina

Na cidade de Alta Gracia, província de Córdoba na Argentina, está localizada parte de uma Estância usada como residência jesuítica no século XVII. No lugar foram desenvolvidos empreendimentos agrícolas e industriais para garantir a sustentabilidade do Colégio jesuíta que posteriormente converteu-se em uma das primeiras universidades do território argentino. O conjunto foi declarado “patrimônio da humanidade” pela UNESCO no ano 2000. O local abriga o *Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers*. No século XIX a estancia foi propriedade da família Liniers e depois da família Solares, mas a declaração

2 Em julho desse ano (2015) foi definido um planejamento para a criação de um museu nos claustros da Sé de Lisboa, com investimento de 5 milhões de euros, todavia ainda é um projeto e não uma materialidade.

da residência enquanto “Monumento Histórico Nacional” em 1941 impulsionou a ação de expropriação da edificação realizada pelo Estado argentino em 1968. A partir desse momento começaram as pesquisas documentais e escavações arqueológicas na área, envolvendo ações de restauração e habilitação de salas para culminar com a inauguração do museu em 26 de agosto de 1977 (AAMEJAGCVL, 2014).

Imagens 8 e 9: Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers



Fonte: Fotografias da Autora (Setembro, 2014)

O museu possui 17 salas de exposição de longa duração com cenografia, plantas baixas identificando a localização de cada cômodo, bem como os objetos expostos e numerados, mobiliário, expositores e ambientação contextual conforme os modos de vida do século XVII ao XIX. Os objetos compõem um circuito temporal linear. Os objetos em ferro (chaves, pregos, dobradiças) resultantes das escavações arqueológicas realizadas na década de 1970 encontram-se em expositores com prateleiras de vidro e etiquetas de identificação (imagem 10).

Imagens 10 e 11: Expositores com objetos em ferro das escavações e “Acequias Coloniales”



Fonte: Fotografias da Autora (Setembro, 2014)

Uma escavação realizada em 1973 encontrou as “*Acequias Coloniales*” (imagem 11), um sistema de irrigação com duas canaletas e localização das comportas, com funcionamento anterior à construção do prédio, datando do século XVII. Foi construída uma ponte de madeira com grades de metal sobre a escavação, permitindo que os visitantes observem tanto o trabalho dos arqueólogos quanto dos construtores da obra setecentista.

Imagens 12, 13 e 14: Musealização *in situ* no pátio interno.



Fonte: Fotografias da Autora (Setembro, 2014)

O espaço externo foi musealizado ao ar livre, mantendo uma composição dos objetos utilizados no trabalho agrícola, bem como da própria edificação. Pode-se observar os “pináculos piramidais” que integravam um dos muros da habitação (imagem 12), resgatados durante o processo de restauração do edifício. No pátio há ainda arados de ferro e rodas de carroça em madeira (imagem 13), além da sinalização de uma escavação realizada para determinar a natureza da construção através de processos estratigráficos e posteriormente coberta para assegurar a conservação da estrutura do prédio (imagem 14).

As coleções arqueológicas nesse espaço servem para reforçar os laços da Argentina com uma identidade hispânica, trazendo à tona a questão das origens, mas ao mesmo tempo abrindo espaço para as discussões sobre a alteridade cultural. A abordagem da historicidade dos territórios a partir das relações sociais de trabalho, técnica e cotidiano são musealizadas a partir dos frutos das escavações arqueológicas, mas estas decorrem de intensos debates entre associações comunitárias, órgãos governamentais e pesquisadores.

Pensa-se a cidade que abriga o sítio arqueológico, a população que por ali transita, a economia desenvolvida na circunvizinhança, os jovens que necessitam ampliar sua educação no trato com o passado para um melhor entendimento do presente. Por isso, para além de escavações e museus isolados, são realizadas atividades educacionais voltadas para distintas faixas-etárias, tendo como alvo principal o público escolar (alunos e professores). Desse modo, há um protagonismo civil que não se perde em decisões hierárquicas.

Considerações Finais

Diferentemente da realidade brasileira onde há uma efusiva disputa por mercado de trabalho colocando as categorias profissionais em constante situação de conflito, observa-se tanto em Portugal quanto na Europa uma parceria intensa entre os profissionais das áreas da Museologia, da Arqueologia e da História se tratando da preservação do patrimônio. Cada profissional possui sua vaga assegurada e a multidisciplinaridade é uma realidade concernente com as pesquisas científicas e políticas públicas em vigor.

Outro ponto que deve ser salientado é o grande interesse das populações desses locais nos debates decisórios a respeito de seu patrimônio cultural, entendidos como extensão de suas vidas, marcos de gerações passadas e por isso fruto de conhecimento, mas também de sustentabilidade econômica.

E é essa atitude que faz com que a musealização *in situ* seja uma realidade concreta, pois não se relega apenas ao estado ou a uma privatização que retire dos cidadãos os seus direitos como co-gestores de seus territórios culturais.

Referencias bibliográficas

AAP (2003) *Ruínas da Igreja do Carmo e Museu Arqueológico*. Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Amaro, C. (1993) Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa, Os Fenícios no território português. *Estudos Orientais*, 4 Lisboa: Universidade Nova, 183-192.

Arruda, A.; Freitas, V. T. de; Sanchez, J. I Vallejo (2000) As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3 (1), Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 25-59.

Baptista Neto, M. (2013) *Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo*. (20/01/2013). <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3206.pdf>.

Bellaigue, M. (2009) Memória, Espaço, Tempo, Poder. Trad. Tereza Scheiner. *Museologia e Patrimônio*, 2 (2), 87-90.

Bitencourt, J. (2013) Em torno da serventia atual dos museus: algumas reflexões sobre políticas de aquisição. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos* 1, 44-62.

Cândido, M. (2014) Patrimônio, preservação e processo de musealização: interfaces necessárias e um caso concreto de aplicação no Museu da Cidade de Parambu. *Anais do Evento – 7º SIMP, Seminário Internacional em Memória e Patrimônio*. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. 34-61.

Chagas, M. (2015) Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. 1-8. (13/08/2015) <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf>.

---. (2009) *O que é museu?* IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. (26/02/2009) <http://www.ibram.gov.br>.

AAMEJAGCVL (2014) *Folleto Asociación de Amigos del Museo de la Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers*, Setembro.

Loureiro, M. y Matheus, J. (2013) Documento e musealização: entretecendo conceitos. *Revistas MIDAS*, (1), 1-11. (15/07/2015). <http://midas.revues.org/78>.

Matos, J. de (1994) Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa. *Al-madan*. Al-mada. 2ª Série: 3.

Nora, P. (1993) Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História - PUC*, São Paulo 10 dez., 7- 28.

Pimenta, J. (2005) *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Inst. Português de Arqueologia.

Poulot, D. (2009) *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade.

Scheiner, T. (2006) Criando realidades através de exposições. Granato, Marcus; Santos, Claudia Penha dos (Orgs.) *MAST Colloquia: 8* (Discutindo Exposições: conceito, construção e Avaliação). Rio de Janeiro: MAST, 7-37.

Silva, J. da. (1973) *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.

Silva, A. Vieira da (1937) *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: estudo histórico-descritivo*. Lisboa: Tip. Empresa Nacional de Publicidade.

Varine, H. de (2000) O Ecomuseu. *Ciências e Letras*, 27, 61-90, Porto Alegre.